ISSN: 2358-8829

A TECNOLOGIA E INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Késia de Lima Costa Fernandes [1]
Ana Paula Soares de Lima [2]
Silvio César Lopes da Silva [3]

INTRODUÇÃO

As transformações provocadas pelo desenvolvimento tecnológico têm modificado significativamente as formas de comunicação, interação, trabalho e produção do conhecimento na sociedade contemporânea. As tecnologias digitais estão cada vez mais presentes nas atividades cotidianas, influenciando o acesso à informação, a comunicação, o trabalho e a participação social. Nesse contexto, compreender o papel das tecnologias na sociedade torna-se fundamental, sobretudo porque o acesso e a capacidade de utilização desses recursos podem interferir diretamente na participação dos indivíduos em diferentes espaços sociais.

No âmbito educacional, as tecnologias digitais também passaram a ocupar um espaço significativo. Computadores, celulares, plataformas digitais, aplicativos, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos audiovisuais podem contribuir para a construção de novas possibilidades pedagógicas. Entretanto, a simples presença desses recursos no ambiente escolar não garante, por si só, mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem. É necessário considerar a maneira como as tecnologias são utilizadas, quais objetivos pedagógicos orientam sua utilização e de que modo professores e estudantes se relacionam com esses recursos.

A discussão torna-se ainda mais relevante quando direcionada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade marcada pela diversidade de trajetórias, experiências e condições sociais de seus estudantes. Muitos sujeitos que retornam à escola na idade adulta tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas por circunstâncias como desigualdades sociais, necessidade de inserção precoce no mercado

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, kesialimacst@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, anapaulasoaresdelima@gmail.com;
[3] Professor da educação Básica no Estado da Paraíba. Doutor e mestre em educação. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, sclop34@gmail.com

ISSN: 2358-8829

de trabalho, dificuldades econômicas e responsabilidades familiares. Essas experiências precisam ser consideradas quando se discute a relação desses estudantes com as tecnologias digitais.

A ausência ou limitação do contato com recursos tecnológicos ao longo da vida pode gerar novas desigualdades, pois, em uma sociedade mediada por tecnologias digitais, não ter acesso a esses recursos ou não saber utilizá-los adequadamente dificulta o exercício pleno da cidadania. Assim, a inclusão digital não se resume a possuir equipamentos ou acessar a internet, mas envolve a capacidade de utilizar as tecnologias de forma consciente, crítica e autônoma, o que torna pertinente o conceito de letramento digital, entendido como a apropriação de conhecimentos para compreender e utilizar as diferentes linguagens, ferramentas e recursos do meio digital — processo que, para os estudantes da EJA, pode ampliar a autonomia em atividades cotidianas, profissionais, sociais e educacionais.

Esta pesquisa busca discutir como as tecnologias digitais podem contribuir para o ensino na EJA, considerando tanto suas potencialidades pedagógicas quanto os obstáculos da inclusão digital, partindo do entendimento de que a tecnologia pode aproximar os conteúdos escolares das experiências cotidianas dos estudantes, favorecer a participação e ampliar o acesso à informação e ao conhecimento, embora, para isso, seja necessário enfrentar desafios relacionados à infraestrutura, ao acesso aos equipamentos, à conectividade e à formação dos professores.

A fundamentação teórica desta pesquisa baseia-se nas contribuições de Paulo Freire (2016), especialmente em sua obra Pedagogia da Autonomia, de Vani Moreira Kenski (2012), em sua discussão sobre educação e tecnologias, e de Pierre Lévy (1999), em suas reflexões acerca da cibercultura. O diálogo entre esses autores possibilita compreender a tecnologia não apenas como instrumento técnico, mas como elemento que participa das transformações sociais, culturais e educacionais contemporâneas. A questão central consiste em compreender como as tecnologias digitais podem contribuir para os processos de ensino e aprendizagem na EJA e quais desafios dificultam a inclusão digital desses estudantes.

Diante disso, objetiva-se analisar e discutir a relevância das tecnologias digitais e da inclusão digital nos processos de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, considerando seus benefícios, desafios e possibilidades pedagógicas. Busca-se compreender a importância dessas tecnologias no contexto da EJA, discutir as relações

entre inclusão digital e letramento digital, identificar os principais desafios relacionados ao acesso e à utilização dos recursos tecnológicos pelos estudantes e refletir sobre suas contribuições para a diversificação das práticas educativas e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Por fim, discute-se a importância da formação continuada dos professores para a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas, favorecendo seu uso consciente, crítico e significativo. A escolha da temática justifica-se pela crescente presença das tecnologias digitais nas diferentes dimensões da vida social e pela necessidade de pensar a inclusão digital na EJA, considerando a diversidade das trajetórias escolares e sociais dos estudantes dessa modalidade.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui proposta configura-se como uma investigação de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, uma vez que o objeto de estudo — a relação entre tecnologias digitais, inclusão digital e processos de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos — exige uma abordagem que privilegie a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, culturais e educacionais envolvidos, em vez de mensurações estatísticas ou generalizações. (Bogdan e Biklen, 1994).

O ponto de partida metodológico é a revisão bibliográfica sistematizada, compreendida não como simples levantamento de obras, mas como construção crítica de um referencial teórico que permita dialogar com as questões centrais do estudo: as potencialidades pedagógicas das tecnologias, os desafios da inclusão digital e a especificidade dos sujeitos da EJA. Daí concordarmos com Severino (2007, p.122), quando ele afirma que o pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Para tanto, adotamos o paradigma crítico-libertador, coerente com a fundamentação freireana que atravessa o texto, segundo a qual a educação não é neutra e deve contribuir para a autonomia e a emancipação dos sujeitos. Nessa perspectiva, a metodologia não se limita a descrever o uso de tecnologias, mas problematiza as condições sociais, econômicas e culturais que determinam quem tem acesso e quem é excluído do universo digital, perguntando em que medida o uso dessas ferramentas contribui efetivamente para a participação e a cidadania dos estudantes da EJA.

ISSN: 2358-8829

As questões norteadoras que orientam o percurso investigativo são: em que condições o uso de tecnologias digitais na EJA contribui efetivamente para a autonomia dos estudantes, na perspectiva freireana? Como se articulam inclusão digital e letramento digital no contexto específico da EJA? Quais são os principais obstáculos — infraestruturais, pedagógicos e formativos — que limitam o potencial transformador das tecnologias nessa modalidade? E, por fim, de que modo a formação continuada de professores pode superar uma visão meramente instrumental das tecnologias, assumindo-as como elementos de uma prática pedagógica crítica, contextualizada e significativa?

O referencial teórico que sustenta a metodologia dialoga diretamente com os autores já presentes no texto — Freire (2016), Kenski (2012) e Lévy (1999) — e propõe a ampliação do horizonte analítico por meio de outros pensadores que contribuem para aprofundar as dimensões do letramento digital e da desigualdade. Soares (2002), ao discutir o letramento na cibercultura e distinguir alfabetização de letramento, oferece a base para compreender o letramento digital não como mera habilidade técnica, mas como participação em práticas sociais de leitura e escrita mediadas por tecnologias. Kleiman (1995) contribui com a noção de letramento como prática social situada, historicamente construída e atravessada por relações de poder, o que permite reconhecer os saberes e as experiências digitais prévios dos estudantes da EJA, ainda que não escolarizados. Street (1984) complementa essa perspectiva com a distinção entre modelo autônomo e modelo ideológico de letramento, fornecendo ferramentas para problematizar a própria noção de inclusão digital e perguntar quem define o que é "saber usar" tecnologia e a serviço de quem estão essas definições. E Bourdieu (1998), com o conceito de capital cultural, possibilita analisar a desigualdade digital como forma de desigualdade cultural estrutural, compreendendo os estudantes da EJA não como indivíduos carentes, mas como sujeitos historicamente privados de um tipo específico de capital cultural que a escola pode contribuir para redistribuir. O diálogo entre esses autores, compõem um quadro teórico que sustenta tanto a análise crítica das tecnologias na educação quanto a defesa de uma inclusão digital que seja, de fato, emancipadora.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ISSN: 2358-8829

Compreender a relação entre tecnologia e educação exige inicialmente superar a ideia de que os recursos tecnológicos são apenas instrumentos neutros que podem ser incorporados ao ensino sem modificar as práticas pedagógicas. As tecnologias estão relacionadas às transformações sociais e culturais que caracterizam cada período histórico e influenciam a maneira como os indivíduos produzem, compartilham e acessam informações.

Kenski (2012) contribui para essa discussão ao evidenciar que as tecnologias fazem parte da vida social e interferem diretamente nas formas de comunicação, aprendizagem e interação. A educação, portanto, não se encontra isolada das transformações provocadas pelo desenvolvimento tecnológico. À medida que novas ferramentas são incorporadas ao cotidiano, surgem também novas possibilidades e necessidades educacionais. Kenski contribui com sua fala ao afirmar que:

> O uso das tecnologias em educação, da perspectiva orientada pelos propósitos da Sociedade da Informação no Brasil, exige a adoção de novas abordagens pedagógicas, novos caminhos que acabem com o isolamento da escola e coloquem em permanente situação de diálogo e cooperação com as demais instâncias existentes na sociedade, a começar pelos próprios alunos (Kenski, 2012, p.72).

Essa perspectiva permite compreender que a presença das tecnologias no espaço escolar deve estar associada a uma reflexão sobre as práticas pedagógicas. Utilizar um computador, um celular, um vídeo ou uma plataforma digital não significa, necessariamente, desenvolver uma prática inovadora. A inovação está relacionada à maneira como esses recursos são empregados para favorecer a aprendizagem e possibilitar que o estudante assuma uma posição mais ativa na construção do conhecimento.

> A escola representa na sociedade moderna o espaço de formação não apenas das gerações jovens, mas de todas as pessoas. Em um momento caracterizado por mudanças velozes, as pessoas procuram na educação escolar a garantia de formação que lhes possibilite o domínio de conhecimentos e de melhor qualidade de vida (Kenski,2012, p.18).

Na EJA, essa discussão ganha uma dimensão específica. Os estudantes chegam à escola trazendo conhecimentos construídos em diferentes espaços sociais. Suas experiências profissionais, familiares e comunitárias constituem elementos importantes para o processo educativo (Silva e Coelho, 2014). As tecnologias podem contribuir para aproximar esses conhecimentos daquilo que é trabalhado em sala de aula, criando

situações nas quais os conteúdos escolares possam ser relacionados às experiências concretas dos estudantes. O domínio das tecnologias e o acesso à informação podem representar vantagens econômicas, sociais e políticas. Por isso, a educação possui um papel fundamental: preparar as pessoas para compreender e utilizar criticamente essas tecnologias.

A partir dessa compreensão, é preciso entender que a interação com os ambientes digitais pode ultrapassar uma postura passiva diante das informações disponíveis. O sujeito pode explorar, modificar, produzir e compartilhar conteúdos, contribuindo para processos de construção coletiva do conhecimento. Entretanto, essa participação pressupõe determinadas competências que possibilitem ao indivíduo não apenas acessar as tecnologias, mas compreender criticamente as informações e as práticas sociais que se desenvolvem por meio delas.

É justamente nesse ponto que a discussão sobre o letramento digital se aproxima dos estudos de Lévy (1999) e Kenski (2012). O letramento digital[4] pode ser compreendido como uma dimensão necessária para que os sujeitos participem de maneira efetiva das possibilidades oferecidas pelo universo digital. Ser letrado digitalmente não significa apenas saber operar determinado equipamento ou utilizar uma ferramenta tecnológica, mas desenvolver condições para realizar diferentes práticas de leitura, escrita, comunicação, pesquisa, produção e compartilhamento de informações nos ambientes digitais. A reflexão de Kenski (2012) acerca da escrita contribui para compreender que o domínio dos códigos e das formas de representação socialmente valorizadas não se restringe a uma habilidade técnica, uma vez que também está relacionado às relações de poder e às possibilidades de participação social. A autora evidencia que a apropriação da escrita e das representações alfabéticas historicamente

[4] É preciso destacar que Buzato (2006) compreende o letramento digital no plural, para ele existe letramentos digitais, estes são concebidos como um conjuntos de práticas sociais que se apoiam, entrelaçam e se apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente, o que implica quatro deslocamentos teóricos fundamentais: primeiro, o uso do termo no plural — letramentos digitais — indica que não existe um letramento digital único e universal, mas múltiplas práticas letradas que variam conforme contextos, sujeitos, finalidades e dispositivos, rompendo com visões reducionistas que o tratam como competência única e mensurável. Dessa forma, a compreensão destaca os letramentos digitais como práticas sociais plurais, situadas, interdependentes e orientadas por finalidades, permitindo superar visões instrumentalistas e propor uma abordagem que dialoga com a perspectiva freireana de educação como prática de liberdade e com a compreensão do letramento como direito e condição para o exercício pleno da cidadania. In: BUZATO, M. E. K. Letramentos digitais e formação de professores. São Paulo: Portal Educarede. 2006.

ISSN: 2358-8829

estabeleceu distinções entre os sujeitos, contribuindo para a constituição de hierarquias sociais e para a valorização do conhecimento legitimado pela escolarização como instrumento de poder e de ascensão social.

Essa reflexão aproxima-se do contexto digital contemporâneo, no qual o domínio das linguagens e práticas mediadas pelas tecnologias também interfere nas possibilidades de participação dos sujeitos na sociedade. Assim como o domínio da escrita se tornou fundamental para a inserção em diferentes práticas sociais, a apropriação das linguagens e dos recursos digitais assume crescente importância em uma sociedade marcada pela circulação de informações e pela mediação tecnológica das relações sociais. Nesse sentido, o letramento digital amplia as possibilidades de participação dos sujeitos, ao envolver não apenas o uso dos recursos tecnológicos, mas também a compreensão das práticas de comunicação, pesquisa, produção e compartilhamento que se desenvolvem nos ambientes digitais

Essa relação torna-se particularmente significativa na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que as tecnologias digitais podem favorecer novas formas de produção, circulação e acesso ao conhecimento. Para que essas possibilidades sejam efetivamente aproveitadas, é necessário que os estudantes desenvolvam conhecimentos que lhes permitam participar dessas práticas de maneira crítica e autônoma. O acesso à informação, por si só, não representa a aquisição automática de conhecimento. A internet disponibiliza um volume expressivo de informações, mas é necessário desenvolver condições para localizá-las, selecioná-las, avaliar sua confiabilidade, interpretá-las e relacioná-las aos conhecimentos já construídos. Assim, o letramento digital constitui uma condição importante para que as possibilidades de interação e inteligência coletiva apontadas por Lévy (1999) possam ser apropriadas pelos sujeitos no processo educativo.

Nesse contexto, aprender a realizar uma pesquisa na internet, utilizar uma plataforma educacional, produzir e editar um documento, enviar um arquivo, preencher um formulário digital ou localizar informações confiáveis são aprendizagens que podem ultrapassar os limites do espaço escolar e contribuir para a autonomia dos estudantes em diferentes situações de sua vida cotidiana. Dessa forma, o letramento digital não se restringe ao domínio instrumental das tecnologias, mas envolve a apropriação crítica de recursos e práticas que fazem parte das relações sociais contemporâneas. E os nosso alunos da EJA , aos poucos vem dominando tais instrumentos. Compreende-se,

ISSN: 2358-8829

portanto, que a inserção das tecnologias digitais na educação não deve ocorrer apenas como incorporação de novos instrumentos ao processo de ensino. É necessário considerar as transformações provocadas pelas tecnologias nas formas de acessar, produzir, compartilhar e construir conhecimentos. Para que os estudantes possam participar dessas novas dinâmicas, o desenvolvimento do letramento digital torna-se fundamental, pois é por meio dele que podem ampliar sua capacidade de interação, autoria, comunicação e participação em redes de conhecimento.

Entretanto, é importante evitar uma perspectiva que responsabilize exclusivamente o estudante por sua inserção no universo digital. As possibilidades de participação e de desenvolvimento do letramento digital também são condicionadas pelas desigualdades sociais e pelas condições materiais de acesso às tecnologias. Estudantes que não possuem equipamentos adequados, conexão estável ou oportunidades anteriores de utilização desses recursos podem encontrar maiores dificuldades para acompanhar determinadas propostas pedagógicas. Desse modo, a efetivação das possibilidades de interação, participação e construção coletiva do conhecimento discutidas por Lévy depende também de condições concretas de acesso e inclusão.

A contribuição de Paulo Freire nesse estudo é fundamental para pensar a utilização das tecnologias em uma perspectiva que valorize o estudante como sujeito do processo educativo. Em Pedagogia da Autonomia, Freire defende uma prática pedagógica comprometida com a formação de sujeitos capazes de pensar criticamente e participar da transformação de sua realidade.

> Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (Freire, 2016, p.68).

A capacidade de criar e inovar nas ações cotidianas, seja na vida pessoal ou no ambiente educativo, revela que o ato de criar e utilizar meios tecnológicos perpassa o tempo. Quando fala-se sobre a manifestação humana em um tempo altamente tecnologizado, Paulo Freire destaca que o desenvolvimento da tecnologia não significa, necessariamente, que as pessoas se tornem mais críticas ou capazes de compreender o mundo. Embora a tecnologia possibilite um acesso maior e mais rápido às informações,

ISSN: 2358-8829

é necessário desenvolver uma postura crítica diante daquilo que recebemos. Por isso, Freire defende que a curiosidade precisa ultrapassar a simples busca por respostas e transformar-se em uma curiosidade crítica, capaz de perguntar, investigar e refletir sobre aquilo que é apresentado como verdade.

Essa concepção estabelece uma relação importante com o uso das tecnologias digitais, pois, se a educação deve contribuir para a autonomia dos sujeitos, o ensino das tecnologias não pode limitar-se ao treinamento mecânico para utilização de equipamentos, sendo necessário possibilitar que o estudante compreenda os recursos que utiliza, reflita sobre as informações às quais tem acesso e desenvolva condições para fazer escolhas de maneira consciente. Nessa perspectiva, a autonomia não significa aprender sozinho ou dispensar a presença do professor, mas sim desenvolver-se por meio de processos educativos que estimulam a curiosidade, a reflexão, a responsabilidade e a capacidade de tomar decisões, cabendo ao professor uma função essencial ao criar situações de aprendizagem nas quais o estudante possa participar, questionar, experimentar e construir conhecimentos.

Assim, ensinar e aprender têm que ver com o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar (Freire, 2016, p. 116).

A relação entre Freire e a Educação de Jovens e Adultos é particularmente significativa, uma vez que a própria trajetória da EJA está relacionada à necessidade de reconhecer os sujeitos como portadores de conhecimentos e experiências. O estudante adulto não chega à sala de aula como alguém completamente desprovido de saberes. Ele possui conhecimentos construídos ao longo da vida, os quais precisam ser considerados no processo educativo.

Uma prática pedagógica que utiliza tecnologias digitais de forma significativa pode partir das experiências dos próprios estudantes. Questões relacionadas ao trabalho, à família, aos serviços públicos, à comunicação, ao acesso à informação e às necessidades cotidianas podem constituir pontos de partida para atividades pedagógicas. A tecnologia deixa, então, de ser apenas um recurso adicional e passa a integrar uma proposta educativa relacionada à realidade dos sujeitos.

ISSN: 2358-8829

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS E DESAFIOS

As tecnologias digitais podem ampliar as possibilidades metodológicas utilizadas pelos professores da EJA. Recursos audiovisuais, pesquisas orientadas, atividades interativas, produção de textos digitais entre outros recursos, podem diversificar as experiências de aprendizagem e favorecer diferentes formas de participação.

Além disso, a utilização pedagógica das tecnologias pode estimular a colaboração entre os estudantes. Em determinadas atividades, os sujeitos podem pesquisar conjuntamente, compartilhar informações, produzir materiais e apresentar resultados. Esse processo pode favorecer não apenas o desenvolvimento de conhecimentos relacionados aos conteúdos escolares, mas também competências de comunicação, cooperação, resolução de problemas e utilização responsável das ferramentas digitai.

Apesar dessas possibilidades, existem desafios significativos. A infraestrutura constitui um dos principais obstáculos. A ausência de equipamentos suficientes, problemas de conectividade, limitações dos espaços escolares e dificuldades de manutenção podem restringir o desenvolvimento de atividades digitais.

Outro desafio está relacionado à formação docente. A inserção das tecnologias na educação exige que os professores tenham oportunidades de formação continuada. Não se trata de exigir que o professor domine todas as ferramentas existentes, mas de possibilitar que desenvolva condições para selecionar recursos adequados aos objetivos pedagógicos e compreender como utilizá-los de forma crítica.

A formação continuada também pode contribuir para diminuir a insegurança diante das tecnologias. Professores que recebem apoio para experimentar novas metodologias podem desenvolver maior confiança para incorporar recursos digitais ao planejamento. Nesse processo, a formação precisa considerar não apenas aspectos técnicos, mas também metodológicos, éticos e pedagógicos. É importante destacar, ainda, que a tecnologia não substitui o professor. Sua utilização deve estar articulada à mediação pedagógica. O professor continua sendo responsável por organizar situações de aprendizagem, acompanhar os estudantes, problematizar informações, avaliar processos e estabelecer relações entre os conteúdos e a realidade. Dessa maneira, as

tecnologias podem fortalecer o trabalho docente quando são utilizadas como instrumentos de mediação e não como substitutas da prática pedagógica.

A partir do diálogo entre os autores, é possível compreender que tecnologia e educação não devem ser pensadas de forma dissociada das condições sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Kenski (2012) evidencia as transformações provocadas pelas tecnologias nas formas de ensinar, aprender e interagir; Lévy (1999) possibilita compreender a expansão das redes e da cibercultura; enquanto Freire (1996) oferece uma perspectiva crítica centrada na autonomia, na reflexão e na formação do sujeito. Assim, havendo concordância entre os diálogos e estudos dos autores, a inclusão digital contribui também para o fortalecimento da autonomia dos estudantes. Quando o sujeito desenvolve conhecimentos que lhe permitem pesquisar, comunicar-se, acessar serviços e produzir conteúdos no ambiente digital, amplia suas possibilidades de atuação na sociedade. A autonomia, portanto, pode ser fortalecida por meio de práticas pedagógicas que permitam ao estudante experimentar as tecnologias, solucionar problemas e compreender criticamente os ambientes nos quais está inserido.

Entretanto, a tecnologia não deve ser apresentada como solução automática para os problemas educacionais. A simples introdução de equipamentos nas escolas não elimina desigualdades sociais ou educacionais. Sem políticas de acesso, infraestrutura e formação docente, os recursos podem permanecer subutilizados ou até mesmo ampliar diferenças entre estudantes que já possuem familiaridade com o universo digital e aqueles que tiveram poucas oportunidades de contato com ele. Por isso, uma política de inclusão digital voltada à EJA precisa considerar as especificidades dessa modalidade. É necessário reconhecer os diferentes níveis de conhecimento tecnológico presentes em uma mesma turma, respeitar o ritmo de aprendizagem dos estudantes e desenvolver atividades que partam de situações concretas. A valorização dos conhecimentos prévios pode favorecer a construção de novas aprendizagens e diminuir possíveis sentimentos de insegurança diante das ferramentas digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar e discutir a importância das tecnologias digitais e da inclusão digital nos processos de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, considerando suas possibilidades, desafios e contribuições para a prática pedagógica. A partir das reflexões desenvolvidas,

compreende-se que as tecnologias ocupam um espaço cada vez mais significativo na sociedade contemporânea e, consequentemente, também precisam ser consideradas nas discussões educacionais. A análise das contribuições dos autores possibilitou compreender que a relação entre tecnologia e educação ultrapassa a dimensão instrumental, pois as tecnologias modificam formas de comunicação, acesso à informação e produção de conhecimentos, enquanto a educação possui o desafio de preparar os sujeitos para participar criticamente dessa realidade, questão que adquire importância particular na EJA diante das diferentes trajetórias sociais e escolares dos estudantes. Verificou-se que a utilização pedagógica das tecnologias pode favorecer a aprendizagem, ampliar a participação dos estudantes, diversificar as metodologias e aproximar os conteúdos escolares das experiências cotidianas, além de contribuir para o desenvolvimento de competências digitais e para a ampliação da autonomia dos sujeitos, sendo o letramento digital um elemento importante para que os estudantes possam não apenas acessar tecnologias, mas utilizá-las de maneira consciente, crítica e significativa.

A inclusão digital na EJA deve ser compreendida como parte de um projeto educacional mais amplo, voltado à democratização do conhecimento e ao fortalecimento da cidadania. Para isso, são necessários investimentos públicos em infraestrutura, ampliação do acesso aos equipamentos e à conectividade, políticas educacionais que contemplem as especificidades da EJA e ações permanentes de formação docente.

Conclui-se, assim, que a tecnologia pode contribuir significativamente para uma educação mais inclusiva quando utilizada de maneira crítica, planejada e articulada às necessidades dos estudantes. Nessa perspectiva, a escola pode constituir um espaço fundamental para que jovens e adultos desenvolvam conhecimentos necessários à participação na sociedade digital. Mais do que ensinar a utilizar equipamentos e ferramentas, cabe à educação possibilitar que os estudantes compreendam as tecnologias, reflitam sobre seus usos e sejam capazes de utilizá-las em diferentes situações de sua vida.

Referências bibliográficas

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 71–79.
BUZATO, M. E. K**. Letramentos digitais e formação de professores**. São Paulo: Portal Educarede. 2006. Em: <http://www.educarede.org.br/educa/img_conteu-do/marcelobuzato.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2026.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
KLEIMAN, Angela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
LÉVY, P. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.
SILVA, S. C. L. ; COELHO, M. G. P. . **A EJA e seus desafios:** uma realidade atual no modelo educacional. In: I CONEDU - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, Campina Grande. Anais I CONEDU - (2014). Campina Grande: Realize, 2014. v. V. 01.
SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143–160, dez. 2002.
STREET, Brian V. Literacy in theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.